



Política nacional de envenenamento, a urgência de novas perspectivas frente às práticas de retrocesso socioambiental

National poisoning measure - the urgency of new perspectives facing retrogressive social environmental practices

ROSA, Kaio Lucas da Silva¹; TOLEDO, Dimitri Augusto da Cunha²; PEDREIRA, Paulo Vitor Reis³; GUERRA, Ana Carolina⁴; MARTINS, Luiza Avelar⁵

¹Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, kkaiorosa98@gmail.com; ²UNIFAL-MG, dimitritoledo@hotmail.com; ³UNIFAL-MG, pvrp_@hotmail.com; ⁴UNIFAL-MG, anacarolguerra@yahoo.com.br; ⁵UNIFAL-MG, luizaamartins@yahoo.com.br

Eixo temático: Agrotóxicos e Transgênicos

Resumo: Este trabalho propõe-se a apresentar um panorama nacional dos últimos governos quanto às suas dinâmicas de desenvolvimento agropecuário, demonstrando o caráter alarmante e permissivo de registro dos agrotóxicos e substâncias afins. Para além de um resultado exato, pretende-se delimitar dados e eventos conjunturais capazes de explanar o que tem sido construído no Brasil, quais os limites que sinalizam a necessidade da superação desse modelo e quais as soluções factíveis. Metodologicamente, foi empregada a revisão bibliográfica e a documental, que permitiram um novo tratamento analítico aos dados de agrotóxicos registrados por mandato presidencial, que atingiram resultados lesivos a diferentes formas de vida. Nesse sentido, a transição agroecológica enquanto alternativa dissociada aos moldes mercantis ou institucionalmente produtivista resiste como um norte.

Palavras-chave: Agrotóxicos; Agroquímica; Política Federal; Agroecologia.

Keywords: Agrotoxic; Agrochemistry; Federal Politics; Agroecology.

Introdução

A conformação do atual modelo agropecuário reproduzido compulsoriamente pode ser sintetizada através de seu contexto de surgimento. Após acentuados conflitos, como a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, o mundo globalizado, sujeitado a crises e provedor de inovações tecnológicas, incorporou um padrão para lidar com a crise de abastecimento e maximizar a produtividade, mas não só: a Revolução Verde circunscreveu à lógica capitalista a relação do homem com a terra segundo preceitos utilitaristas.

No Brasil, a Revolução Verde e a modernização conservadora foram, em especial, produtos do Regime Militar. Impulsionando, dentre outros, durante a década de 1970, a implantação do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), incorporando a produção de venenos agrícolas à indústria nacional. Entre as décadas de 1970 e 1980, de acordo com Balestro e Sauer (2013) recursos financeiros foram concedidos a juros baixos para subsidiar grandes proprietários, viabilizando a implementação de um pacote tecnológico para a produção de grandes extensões monocultoras, excluindo pequenos produtores e promovendo uma lógica predatória e insustentável. Para Santos e Silveira (2006), o período descrito a partir de inovações técnicas e organizacionais para novo uso do tempo e um novo uso da terra baliza justamente o Estado na qualidade de agente ativo na globalização da agricultura nacional.



As biotecnologias empregadas são sinais evidentes do papel ativo da Revolução Verde, “a lógica de produção e a abordagem técnica continuam sendo reducionistas, com um processo produtivo baseado no uso intensivo de produtos e fertilizantes químicos, o qual tem impactos severos no meio ambiente e na saúde humana” (BALESTRO; SAUER, 2013, p. 10). Em meio aos produtos químicos recorrentemente empregados, um grupo tem se destacado por seu crescimento alarmante: os agrotóxicos e afins, venenos empregados na agricultura.

Os impactos dos agrotóxicos ilustram a urgência de providências corretivas. Lopes e Albuquerque (2018) através do estudo de agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental apresentam resultados alarmantes, que vão de impactos ao meio ambiente, sobre insetos, a água, o solo e os peixes, devido a deformidades no habitat natural até uma série de impactos à saúde humana, como doenças, sendo algumas crônicas, e óbitos por intoxicação. Ainda que o grau de toxicidade das substâncias varie, “não se pode perder de vista os efeitos crônicos que podem ocorrer meses, anos ou até décadas após a exposição, manifestando-se em várias doenças como cânceres, má-formações congênitas, distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais” (CARNEIRO et al., 2015, p. 58).

Além do que, a performance dos agrotóxicos também sinaliza problemas quanto a sua principal finalidade, o aprimoramento da produção. Com o passar do tempo, as pragas agrícolas desenvolvem resistência aos agrotóxicos, o que exige o aumento das doses ou a aplicação de novas substâncias. Surge desse sistema novas pragas, o que acaba por retroalimentar um ciclo. Com isso, a relação produtividade *versus* custos vem apresentando-se viável apenas à produção em escala, o que marginaliza e inviabiliza produtores como os agricultores familiares. Aos grandes produtores, como modo de ampliar seus rendimentos, são cedidas anistias¹ por intermédio da Bancada Ruralista (LONDRES, 2011).

Notórios, os impasses e as disfunções da Revolução Verde, de seus agrotóxicos e derivados, fazem as alternativas inadiáveis. Nesse sentido é que a busca pela agroecologia precisa ocupar papel central por meio de uma pedagogia socioambiental que contraste e supere o modo intrinsecamente capitalista de se expropriar a terra e seus recursos. A agroecologia, assim, trata de um campo de conhecimento fornecedor das “bases científicas para apoiar o processo de transição do modelo convencional para estilos de agriculturas de base ecológica ou sustentável, assim como do modelo convencional de desenvolvimento a processos de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004 apud SCHIMTT, 2013, p. 180).

A perspectiva agroecológica é fundamental para o Brasil enquanto programa de políticas públicas e, para isso, é necessário que o aspecto institucional seja levado em conta. Caporal (2013) explana que os discursos institucionais e políticos sobre

¹Bolsonaro deve enviar projeto que anistia dívidas bilionárias com Funrural. **Exame**, 11 abr. 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/bolsonaro-deve-enviar-projeto-que-anistia-dividas-bilionarias-com-funrural/>>. Acesso em 15 ago. 2019.



sustentabilidade podem se tornar políticas públicas e práticas ambientais concretas se norteados pelo que preconiza a Agroecologia. Isso tudo a partir de estratégias e políticas públicas capazes de reorientar o processo de coevolução do homem com o meio ambiente.

Esta é a perspectiva do presente trabalho, visto o esgotamento instituído pela Revolução Verde, em especial pelos impactos dos agrotóxicos e afins, serão realizados apontamentos quanto ao modo com que o poder executivo tem gerido a liberação de substâncias com alta toxicidade lesivas e contrárias a construção do sistema agroecológico. Longe de um resultado, o estudo desenvolvido busca impulsionar o debate proposto segundo dados oficiais e considerar os aspectos materialistas da conjuntura.

Metodologia

O presente estudo tem caráter exploratório, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, por permitir a reelaboração de tratamentos analíticos de documentos segundo os objetos da pesquisa (GIL, 2002).

Os resultados atingidos em relação aos agrotóxicos e afins registrados por dias de mandato são frutos da razão matemática entre esses dois elementos ($\frac{\text{n}^\circ \text{ de agrotóxicos e afins regis.}}{\text{dias de mandato presidencial}}$). A fonte das informações técnicas do número de agrotóxicos e afins e a data de registro são do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)². As substâncias incluídas no cálculo são as de maior toxicidade, sendo cinco tipologias: Produto Técnico; Produto Técnico Equivalente; Produto Formulado a Base de Produto Técnico Equivalente; Produto Pré-mistura e Produto Formulado.

Os dados foram tratados de forma a considerar os dias de vigência de cada governo para que, diferente da forma com que os dados estão disponibilizados, fosse possível entender o comportamento de cada mandatário do poder executivo desde o ano de 2015³. Este procedimento permite evidenciar assim o comportamento alarmante de alguns governantes, incluindo o recém-eleito presidente da República, conforme apresentado na próxima sessão.

Resultados e Discussão

A tabela abaixo apresenta os resultados atingidos. A disposição da razão adotada indica que quanto menor o valor encontrado, menos substâncias químicas para agropecuária foram registradas e, inversamente, quanto maiores os valores, um maior

²Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/agrotoxicos/informacoes-tecnicas>>. Acesso em 15 ago. 2019.

³ Os dados compreendem o período de abrangência dos dados do MAPA, 14/01/2005 à 22/07/2019. Por conta disso, os dias de mandato do governo Lula foram contabilizados a partir do ano de 2005.



número dessas substâncias teve tutela pública proporcionalmente aos dias de mandato.

Presidente	Vigência considerada	Dias de mandato	Nº de Agrotóxicos e afins registrados	Razão
Luiz Inácio Lula da Silva	2005 - 2011	2191	743	0,339114
Dilma Rousseff	2011 - 2016	2069	732	0,353794
Michel Temer	2016 - 2019	853	896	1,050410
Jair Bolsonaro	2019 - atual	202	248	1,227722
Total			2573	-

Tabela 1. Agrotóxicos e afins registrados/dias de mandato presidencial.

Fonte: elaboração própria segundo dados do MAPA (2019).

Para o intervalo considerado, o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apresentou o menor número de agrotóxicos e afins registrados em relação ao demais, sendo a razão de $\cong 0,34$. O governo Lula iniciou um ciclo de políticas de apoio à agricultura familiar e segurança alimentar pautando especialmente a comercialização. O enfoque agroecológico foi fortalecido, como por exemplo, através do Marco Referencial em Agroecologia, e a abertura de mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além disso, houve apoio a espaços deliberativos, como conselhos. Contudo, a reforma agrária no governo Lula pouco avançou, adotando medidas conciliatórias conforme as pressões dos movimentos sociais (MESSIAS, 2017).

O Governo de Dilma Rousseff (PT) apresentou a razão de $\cong 0,35$, indicando uma pequena queda no número de registro de agrotóxicos e afins durante a sua gestão. Houve esforços como o incremento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a manutenção do PAA e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Importante feito foi registrado em 2013, pelo lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Ainda assim, no governo Dilma o agronegócio ocupou papel significativo, como pela nomeação da Senadora Kátia Abreu (PMDB) ao MAPA (MESSIAS, 2017).

Os resultados mudam drasticamente a partir da chegada de Michel Temer (PMDB) à presidência. O número de agrotóxicos e afins registrados durante o governo apresentou a razão de $\cong 1,05$, o triplo em relação a sua antecessora. Houve mais registro de substâncias tóxicas do que dias de duração do seu governo que, já no início, indicou seu tom de condução. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a permissão de pulverização de inseticidas em áreas urbanas e habitadas foram grandes retrocessos. Também se destaca o apoio à aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 6.299/2002 e textos substitutivos de mesmo fim, buscando flexibilizar a regulação de agrotóxicos e visando gerar vantagens ao grande setor produtivo⁴.

⁴ FOLGADO, Cleber. Na surdina, Temer negocia liberação completa de agrotóxicos. **MST**, 25 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/08/25/na-surdina-temer-negocia-liberacao-completa-de-agrotoxicos.html>>. Acesso: 15 ago. 2019.



Ainda em seus primeiros meses de governo, Jair Bolsonaro (PSL) dá continuidade ao projeto de desregulamentação legal. Com a razão encontrada de $\cong 1,23$, a projeção de seu governo é alarmante: até o dia 22 de seu sétimo dia de mandato, com mais agrotóxicos registrados do que dias de duração do governo, tem-se 248 substâncias ao longo de 202 dias. A equipe nomeada também representa um projeto ao interesse de corporações, como pela nomeação da ministra do MAPA Tereza Cristina (DEM), que foi presidente da bancada ruralista no Congresso e liderou a aprovação da PL do veneno (PL nº 6.299/2002). Conjuntura reiterada pelo presidente em fala à Frente Parlamentar da Agropecuária: “Esse governo é de vocês”⁵. Caso essa lógica que tem se institucionalizado desde 2016 não seja revertida, as projeções se aproximam de um futuro intoxicado. Uma alternativa factível é alcançada pelo Plano Nacional de Transição Agroecológica, que pela ação pública, segundo Gliessman (2000) apud Caporal (2013), opera em níveis: primeiro, quanto à orientação valorativa da transição, à ética: é preciso repensar as decisões de produção, consumo e organização social; o segundo diz respeito ao incremento das práticas da agricultura convencional, tornando-as menos caras e danosas; terceiro, quanto incorporação de práticas e insumos alternativos sob a perspectiva ecológica; e quarto, em relação o redesenho dos ecossistemas conforme um conjunto de processos ecológicos, orientados segundo a sustentabilidade.

Conclusões

Os estudos que contemplam a conduta dos atores institucionais frente à política de envenenamento cumprem um papel imprescindível. Os resultados obtidos da razão de agrotóxicos e afins registrados pela duração dos mandatos presidenciais em dias ilustram como, conduzida pelos ditames do agronegócio, a ação política nacional tem autorizado o envenenamento ambiental, gerando impactos a diferentes e à saúde pública, como pelos danos à saúde dos trabalhadores. Consequentemente, é criada dependência do desenvolvimento da agricultura em relação ao agronegócio. Ao todo, já são 2573 substâncias tóxicas e afins registradas. O governo do presidente recém-eleito representa projeções preocupantes: com maior número de agrotóxicos e afins registros proporcionalmente aos dias de mandato, substâncias proibidas inclusive em outros países e, ainda, com descaso às pautas de preservação ambiental⁶. Mas, a noção de que tudo isto está posto de forma imutável é errônea, a agroecologia possibilita uma modificação valorativa segundo a sustentabilidade, a superação do modelo agroquímico e de monocultura se torna possível por meio de elementos concretos. É imprescindível a implementação do Plano Nacional de Transição Agroecológica, baseado na participação, descentralização e construção democrática.

Referências Bibliográficas

⁵ Jair Bolsonaro em café com a Frente Parlamentar da Agropecuária no dia 4 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6bkOFbsQZLo>>. Acesso: 15 ago. 2019.

⁶ SUDRÉ, LU. Agrotóxicos: 44% dos princípios ativos liberados no Brasil são proibidos na Europa. **Brasil de Fato**, 6 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/08/06/agrotoxicos-44-dos-principios-ativos-liberados-no-brasil-sao-proibidos-na-europa/>>. Acesso: 15 ago. 2019.



BALESTRO, M. V.; SAUER, S. A Diversidade no Rural, Transição Agroecológica e Caminhos para a Superação da Revolução Verde: Introduzindo o Debate. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (orgs.) **Agroecologia e os Desafios da Transição Agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CAPORAL, F. R. Em Defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (orgs.) **Agroecologia e os Desafios da Transição Agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CARNEIRO, F. F. (Org.) Dossiê ABRASCO: **um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA-Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

LOPES, C. V. A.; ALBUQUERQUE, G. S. C. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde em Debate**, [S.l.], v. 42, n. 117, p.518-534, jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201811714>>. Acesso: 15 mai. 2019.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHMITT, C. J. Transição Agroecológica e Desenvolvimento Rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (orgs.) **Agroecologia e os Desafios da Transição Agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MESSIAS, F. T. **A consolidação do agronegócio como política agrária nos governos Lula e Dilma e sua representação por meio das charges de Carlos Latuff**. 100 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.